Kátia Serafim

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE FORENSE NA JUSTIÇA FEDERAL

Especialista em tradução simultânea, o intérprete tem a função de transpor com o mesmo teor e significado as falas de um idioma para outro. A atividade exige domínio de vocabulário, regras gramaticais, gírias e expressões coloquiais, além de um rápido raciocínio, uma vez que sua atuação acontece de maneira paralela e concomitante.

Quando esse profissional atua no ambiente judiciário ele assume um importante papel, pois funciona como uma ferramenta no exercício do direito à ampla defesa no caso de réu estrangeiro que não domina o idioma português.

Na opinião do juiz federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, da 1ª Vara Federal de Coxim/MS, o trabalho dos profissionais de interpretação jurídica é essencial devido à quantidade de réus estrangeiros, principalmente em subseções localizadas em áreas de fronteira. "Esses réus só conseguem participar do devido processo legal sendo capazes de se defenderem, por meio do intérprete forense", afirma o magistrado.

Apesar de não ser uma profissão regulamentada pelo Ministério do Trabalho, podendo, então, ser exercida por qualquer pessoa, independente de formação, a atuação de um intérprete exige estudo continuado e atualização constante. No caso do intérprete jurídico, por exemplo, além de ser bilíngue, é necessário conhecimento em Direito e preparação técnica específica decorrente de sua atuação no ambiente judiciário.

De acordo com a intérprete brasileira Flávia Lima, que trabalha nos Estados Unidos para o Tribunal de Justiça dos estados do Arizona e Flórida e para o serviço de imigração, "a pessoa tem que gostar de estudar e entender um pouco de Direito, não necessariamente ser um advogado, mas precisa entender o sistema jurídico para o qual ela está interpretando. Você não pode interpretar o que você não entende".

Na opinião de Rafael Nascimento, que atua como intérprete na Justiça Federal de Guarulhos/SP, "o trabalho no âmbito judicial exige o conhecimento de uma linguagem bem específica".

Apesar da atuação singular, dada a necessidade do profissional em seguir o protocolo de uma audiência, atualmente no Brasil não há cursos direcionados para a formação de intérpretes forenses. Diante dessa necessidade, a Justiça Federal de São Paulo promoveu em junho deste ano o workshop "Interpretação Forense no Brasil". O evento aconteceu no auditório do Juizado Especial Federal na capital paulista e foi pioneiro sobre o tema.

"A interpretação forense é totalmente diferente da interpretação de conferência, ela tem suas especificações e peculiaridades. Infelizmente não temos no país treinamento específico para ensinar o profissional como atuar dentro dos fóruns, nas audiências internacionais", afirma a palestrante Jaqueline Neves Nordin que atuou de 2005 a 2013 como intérprete na Subseção Judiciária de Guarulhos.

Foram realizados três encontros, sendo abordados o código de ética e a padronização da conduta do intérprete forense, as diferentes modalidades de interpretação utilizadas em juízo, a importância dos critérios para a seleção dos profissionais, entre outros.

A palestrante Gladys Matthews, professora de interpretação forense no curso de mestrado da Glendon College-York University, avalia que a realização do evento foi muito importante dado o perfil da atividade. "É uma área que exige conhecimento especializado, terminologias, conhecimentos de aspectos processuais, sendo tudo isso necessário para a garantia do exercício da Justiça".

Na análise da juíza Bárbara de Lima Iseppi, da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP, "o trabalho do interprete forense é fundamental para garantir exatamente o devido processo legal, proporcionando ao réu que ele consiga se comunicar e entender o que está acontecendo durante o trâmite da ação".

Para atuar como intérprete forense na Justiça Federal de São Paulo é necessário se cadastrar através do site www.jfsp.jus.br, por meio de formulário específico e envio de minicurrículo. ■

Assita também a video reportagem desta matéria na TV Corporativa